



## A REFORMA TRIBUTÁRIA E O IMPACTO NA ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

### Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade  
Jardel Roriz Meireles Dos Santos  
Elaine Rodrigues De Souza Rosa  
Bruna Beatriz Teixeira Wolff  
Marta De Sousa Pedrosa  
Elisa Lima De Oliveira  
João Pedro Almeida Melo

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A recente promulgação da Reforma Tributária de 2025, por meio da Lei complementar nº 214/2025, trouxe várias alterações ao sistema de arrecadação do Brasil, especialmente com a substituição de tributos como o ICMS e o ISS pelo imposto sobre bens e serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. Tal alteração tem como objetivo tornar o sistema tributário mais eficiente e transparente, promovendo sua simplificação e incentivando a competitividade econômica.

No entanto, ao fazer essa centralização da arrecadação e padronizar as alíquotas, surgem vários questionamentos e debates quanto à autonomia financeira dos Estados e Municípios. Essa mudança pode afetar a arrecadação de municípios e estados mais industrializados, que antes ganhavam mais com o ICMS nas operações entre estados.

### Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos da Reforma Tributária de 2025 na arrecadação de estados e municípios. A ideia é discutir se a nova estrutura é uma maneira justa de distribuir recursos ou se pode prejudicar a autonomia financeira dessas entidades.

### Material e Métodos

O presente trabalho adotou como metodologia a revisão de literatura, abrangendo artigos científicos, pareceres técnicos, estudos jurídicos e dados estatísticos provenientes de órgãos oficiais, com o intuito de contribuir criticamente para o debate contemporâneo sobre a reconfiguração do pacto federativo no Brasil.

A pesquisa foi conduzida com o objetivo de examinar os efeitos da nova estrutura tributária na autonomia financeira dos entes federativos, considerando as implicações jurídicas e fiscais dessa mudança. As fontes selecionadas para análise respeitam um intervalo temporal de 2018 a 2024, a fim de incorporar tanto as discussões mais recentes quanto as análises de contexto histórico. A escolha desse período visa fornecer uma



visão atualizada sobre o tema, contemplando as consequências da reforma e as possíveis críticas à implementação da nova tributação.

## Resultados e Discussão

A reforma tributária visa simplificar o sistema de impostos no país, unificando seis tributos – PIS, Cofins, IOF-Seguros, IPI, ICMS e ISS – em um IVA Dual de padrão internacional. Esse novo modelo é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. A arrecadação será feita de forma unificada e compartilhada entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Além disso, a reforma cria o Imposto Seletivo, de caráter regulatório, com o objetivo de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, substituindo parcialmente o IPI.

A reforma tributária visa simplificar o sistema de impostos no país, unificando seis tributos – PIS, Cofins, IOF-Seguros, IPI, ICMS e ISS – em um IVA Dual de padrão internacional. Esse novo modelo é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. A arrecadação será feita de forma unificada e compartilhada entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Além disso, a reforma cria o Imposto Seletivo, de caráter regulatório, com o objetivo de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, substituindo parcialmente o IPI.

Dentre os vários pontos de debate acerca da reforma, ressaltamos a mudança do sistema de tributação da origem para o destino, ou seja, o imposto, que antes era cobrado no estado ou município de origem da mercadoria ou serviço, será agora cobrado no local de consumo. Municípios e estados produtores, como aqueles sede de refinarias de petróleo e hidrelétricas, poderão perder sua participação na arrecadação de tributos relacionados à produção. Outro desafio destacado é a falta de preparação de alguns municípios para o novo modelo, exigindo um aumento na (...)

## Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar de forma crítica e objetiva alguns dos pontos de maior controvérsia da nova Reforma Tributária, focando nas implicações que a simplificação da arrecadação e a busca por uma maior igualdade entre os estados e municípios podem gerar. A reforma visa substituir tributos tradicionais por um modelo unificado, com a promessa de maior equidade, mas também apresenta desafios significativos, especialmente para os municípios produtores que poderão perder parte de sua arrecadação.

A transição gradual e a adaptação das esferas municipais e estaduais a esse novo modelo são questões centrais, uma vez que a reforma exige maior fiscalização e controle sobre as receitas fiscais. A análise dos impactos da reforma é essencial para compreender os efeitos dessa mudança na autonomia financeira dos entes federativos e no equilíbrio da distribuição de recursos entre eles.

## Referências

TCE-SP. Reforma tributária e municípios. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-artigo-reforma-tributaria-e-municipios>. Acesso em: 02 maio 2025.

CLP. Qual será o impacto da reforma tributária nos estados e municípios? CLP - Centro de Liderança Pública. Disponível em: <https://clp.org.br/qual-sera-o-impacto-da-reforma-tributaria-nos-estados-e-municipios/#:~:text=O%20impacto%20da%20reforma%20Tribut%C3%A1ria%20nos%20Estados%20e%20Munic%>



C 3 % A D p i o s , -  
No%20Brasil%2C%20cerca&text=Com%20essa%20altera%C3%A7%C3%A3o%2C%20os%20estados,origem%20como%20%C3%A9%20feito%20hoje. Acesso em: 02 maio 2025.

IRCUNHA, Gabriel Alves de. O impacto da reforma tributária na arrecadação dos municípios. Universidade Federal do Ceará, 2025. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/80683/1/2025\\_tese\\_iricunha.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/80683/1/2025_tese_iricunha.pdf). Acesso em: 02 maio 2025.

(...)